PARECER AO PROJETO DE LEI Nº: 48/2020

Autor: Vereadora Marta Rodrigues

Ementa: *"Autoriza a concessão de renda mínima emergencial a empreendedores cadastrados no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e Comércio Justo (Cadsol) e aos trabalhadores ambulantes e camelôs licenciados pelo município."*

Relator: Joceval Rodrigues

I- DA TRAMITAÇÃO ATÉ O PRESENTE MOMENTO.

Trata-se de Projeto de Lei nº: 48/2020 que autoriza ao município de Salvador a dar renda mínima emergencial a empreendedores cadastrados no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e Comércio Justo (Cadsol) e aos trabalhadores ambulantes e camelôs licenciados, constantes em cadastro da Secretaria correspondente, em razão do estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Coronavirus-Covid-19.

O **Setor de Supervisão de Análise e Pesquisa**, em manifestação, informa que, a proposição submetida à análise está amparada nos artigos 12, III, e 172, da Resolução nº 910/91 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Salvador, bem como no inciso III do art. 44 e art. 46 da Lei Orgânica do Município.

Ainda neste diapasão, não foi constatada a existência de proposição legislativa em tramitação que verse especificamente sobre o tema aludido.

Após ser recebido pela **Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final**, o supramencionado projeto, sob a relatoria do Vereador Alexandre Aleluia, foi Aprovado.

Na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização foi designada a relatoria ao Vereador que subscreve o presente Parecer.

Esse é o breve relatório sobre a tramitação, passo a opinar.

II- DA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, no uso de sua competência, conforme o quanto previsto no artigo 163º da Lei Orgânica do Município do Salvador, passará a analise deste Projeto de Lei para identificar se uma vez aprovado, o referido PLE não colidirá com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei Orçamentária Anual- LOA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Desta forma, cumpre salientar que compete à Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização, a análise do supramencionado Projeto de Lei, apenas em relação aos aspectos que concorram para aumentar, diminuir ou alterar, por qualquer forma, a receita e despesa do Município, não cabendo qualquer juízo de valor, conforme o quanto previsto no inciso III, alínea *d*, do artigo 68º, do Regimento Interno desta Casa, *in verbis:*

> *Art.68, III, d: "compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização:*
> ...
> *d) opinar sobre toda e qualquer proposição, mesmo as que, privativamente, sejam da competência de outra Comissão, desde que, direta ou indiretamente, imediata ou remotamente,* ***concorram para aumentar, diminuir ou alterar, por qualquer forma, a receita e despesa do Município*** *..." grifamos*

Nesse sentido, entendemos que a proposição em análise tem um propósito compatível com interesse público tendo em vista que a população soteropolitana, em especial, os empreendedores cadastrados no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e Comércio Justo (Cadsol) e aos trabalhadores ambulantes e camelôs licenciados do nosso município ainda sofrem os reflexos da pandemia.

Não obstante o quanto acima mencionado, o referido projeto também não gera nenhum incremento de despesa para o Erário Municipal, tendo em vista trata-se de uma autorização para concessão de benefício emergencial, que ficará vinculado a disponibilidade orçamentaria do Município .

III- DO VOTO

Ante o exposto, nos termos da fundamentação acima, votamos pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº: 48/2020**

Salas das Comissões, 06 de Março de 2023.

Joceval Rodrigues
Ver. Relator